

05

SOBERANIA ALIMENTAR AFRICANA: VALORIZAR AS MULHERES E AS SEMENTES QUE GUARDAM

*Elfrieda Pschorn-Strauss*¹

A relação entre as mulheres e as sementes é ancestral. As mulheres estão ligadas às sementes por meio dos alimentos, da saúde, da cultura, da ecologia, da espiritualidade e das relações sociais. Nos seus papéis de guardiãs de sementes, cultivadoras de plantas, agricultoras, ervanárias e mães, o trabalho quotidiano das mulheres africanas encerra um conhecimento e um envolvimento íntimo com as plantas. As mulheres são as peritas invisíveis e sem reconhecimento no domínio das sementes e da biodiversidade – tanto a domesticada como a selvagem.²

1 [Elfrieda Pschorn-Strauss](#) é Coordenadora da Iniciativa Sementes e Conhecimento (*Seed and Knowledge Initiative, SKI*), um programa regional promovido pela Biowatch. A Biowatch é uma ONG que trabalha com sementes e agroecologia junto a agricultoras e agricultores do norte de KwaZulu-Natal, na África do Sul. Para mais informações, veja: www.biowatch.org.za. Agradecimentos especiais a Rose Williams (Biowatch) e Anne C. Bellows (Universidade de Siracusa, *University of Syracuse*) pelo seu apoio na revisão deste artigo. Este artigo foi escrito originalmente em inglês.

2 Howard, Patricia. "The Major Importance of 'Minor' Resources: Women and Plant Biodiversity." IIED. *Gatekeeper-series* 112 (2003). Disponível em: pubs.iied.org/pdfs/9282IIED.pdf.

3 Para mais informações sobre o papel das mulheres como guardiãs de sementes na América Latina, veja o artigo "A luta pelas sementes livres dos povos latino-americanos: experiências do Brasil, Equador, Colômbia, Honduras e Guatemala" nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*.

4 Pionetti, Carine. *Sowing Autonomy, Gender and Seed Politics in semi-arid India*. Londres: IIED, 2012. Disponível em: pubs.iied.org/pdfs/14502IIED.pdf.

5 Sperling, Louise e Shawn McGuire. "Understanding and strengthening informal seed markets." *Experimental Agriculture* 46:2 (2010): 119–136. Disponível em: journals.cambridge.org/download.php?file=%2FEAG%2FEAG46_02%2FS0014479709991074a.pdf&code=6d05a0855e6b4c2e5d961c531b3262e2.

Em África, como noutras regiões do mundo,³ as mulheres realizam a maior parte das atividades de colheita e pós-colheita, sendo responsáveis por guardar, selecionar e cultivar as sementes. Para elas, agricultura e seleção de sementes são uma só atividade, pois os numerosos desafios que enfrentam exigem não só conhecimentos, como também a capacidade de inovar. Esta função vital está incorporada num sofisticado sistema de conhecimentos. Como guardiãs das sementes, as mulheres são muitas vezes responsáveis por rituais em torno dos momentos-chave do ciclo da cultura, e a celebração desses ciclos vitais gera significado e importância. O controlo sobre o abastecimento de sementes variadas aumenta a capacidade das mulheres de oferecer uma dieta equilibrada para as suas famílias, assegura que as sementes estejam disponíveis no momento certo e aumenta o poder de negociação da família e da comunidade.⁴

As sementes são trocadas e vendidas nas redes locais de sementes das mulheres, que servem como uma rede de segurança e de reserva no caso de uma cultura não germinar. Estas redes são autónomas e, portanto, mais resilientes aos choques externos e às forças dos mercados globais.⁵

Mas nem tudo vai bem com as sementes das mulheres, que sofrem os efeitos do patriarcado, da desigualdade de género e das ondas de erosão genética que ocorreram ao longo da história do colonialismo e do neocolonialismo.⁶

A DESIGUALDADE DE GÉNERO COMPROMETE A SAÚDE DAS FAMÍLIAS

A desigualdade entre homens e mulheres é um obstáculo à implementação da soberania alimentar e da soberania sobre as sementes.⁷ A imagem típica de uma casa rural africana, com uma mulher a peneirar ou curvada sobre uma panela ou enxada, e os homens sentados a conversar sob uma árvore, é muito próxima da realidade. A contribuição das mulheres para a soberania alimentar e a soberania sobre as sementes é fundamental, mas, em grande medida, permanece invisível e não é reconhecida nem apoiada.

- 6 Rede Africana de Biodiversidade (*African Biodiversity Network*) e Fundação Gaia (*The Gaia Foundation*). *Celebrating African Rural Women: Custodians of Seed, Food & Traditional Knowledge for Climate Change Resilience*. Londres: Mobius, 2015. Disponível em: www.gaiafoundation.org/sites/default/files/celebrating_african_rural_women_nov2015.pdf.
- 7 Bezner Kerr, Rachel et al. "Participatory, Agroecological and Gender-Sensitive Approaches to Improved Nutrition: A Case Study in Malawi." Artigo apresentado na Reunião de Peritos da FAO, 'Nutrition-Sensitive Food and Agriculture Systems' em preparação para a ICN+21, Roma, 2013. Disponível em: www.fao.org/fileadmin/user_upload/aqn/pdf/FAO-expert-meeting-submission-Bezner-Kerr-et-al-ver4-2_FAO_comments_doc.pdf.
- 8 FAO. *El estado mundial de la agricultura y la alimentación 2010–11: Las mujeres en la agricultura: Cerrar la brecha de género en aras del desarrollo*. Roma: FAO, 2011. Disponível em: www.fao.org/3/a-i2050s.pdf.
- 9 *Ibid.*
- 10 Veja o relatório da Avaliação Internacional de Conhecimentos, Ciência e Tecnologias Agrícolas para o Desenvolvimento (*International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development*, IAASTD) para uma discussão sobre a feminização da agricultura. Disponível em: www.globalagriculture.org/report-topics/women-in-agriculture.html.
- 11 UNICEF. *Mejorar la nutrición infantil: El imperativo para el progreso mundial que es posible lograr*. Nova York: UNICEF, 2013. Disponível em: www.unicef.org/ecuador/Spanish_UNICEF-NutritionReport_low_res_10May2013.pdf.
- 12 GRAIN e AFSA. *Land and Seed Laws under Attack: Who is pushing changes in Africa?* Barcelona: GRAIN, 2015. Disponível em: www.grain.org/article/entries/5121-land-and-seed-laws-under-attack-who-is-pushing-changes-in-africa. Para mais informações sobre a usurpação de terras em África, veja: Seufert, Philip. "Plantaciones de árboles y acaparamiento de tierras en Niassa, Mozambique." *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2013): 67–69. Disponível em: www.rtfn-watch.org/fileadmin/media/rtfn-watch.org/ENGLISH/pdf/Watch_2013/Watch_2013_PDFs/Watch_2013_sp_WEB_final.pdf#page=67.
- 13 FIAN Internacional e FIAN Alemanha. *G8 New Alliance for Food Security and Nutrition in Africa: A Critical Analysis from a Human Rights Perspective*. Heidelberg: FIAN Internacional, 2014. Disponível em: www.fian.org/fileadmin/media/publications/2014_G8NewAlliance_screen.pdf.
- 14 Incluindo políticas e programas de subsídios aos insumos agrícolas implementados em muitos países africanos; os programas AISP no Maláui e FISP na Zâmbia são exemplos bem conhecidos. Outros são a harmonização das leis sobre o comércio de sementes e sobre a proteção de variedades vegetais na região.
- 15 Bezner Kerr, Rachel. "Seed struggles and food sovereignty in Northern Malawi." *The Journal of Peasant Studies* 40:5 (2013): 867–897.

Na sua maioria, as agricultoras africanas combinam os seus papéis de guardiãs de sementes e produtoras de alimentos de pequena escala com o de principais responsáveis pelo bem-estar da família. As mulheres realizam 85 a 90% das tarefas domésticas e 65% dos deslocamentos relacionados, como ir buscar água e madeira.⁸ Executam essas funções vitais num contexto de desigualdade e iniquidade de género — o que representa um testemunho da sua resiliência.

O acesso das mulheres à terra e a outros recursos importantes é limitado pelo patriarcado e por atitudes sociais que as relegam às terras mais marginais. Além disso, elas podem perder as suas terras quando se divorciam ou enviúvam. As mulheres são a maioria dos agricultores em África (70%), mas representam menos de 15% de todos os proprietários de terras agrícolas.⁹ Devido às migrações, aos conflitos e ao VIH/SIDA, até 40% das famílias rurais africanas são chefiadas apenas por mulheres, que assumem ainda mais responsabilidades ligadas à agricultura.¹⁰

A desigualdade de género gera ineficiências agrícolas e dificulta o combate à desnutrição. A carga de trabalho múltipla, pesada e desigual que recai sobre as mulheres não lhes deixa tempo nem capacidade de decisão suficiente para alcançar a sua máxima produtividade como agricultoras, nem horas suficientes no dia para preparar refeições nutritivas. Em África, 40% das crianças com menos de cinco anos sofrem de atrasos no crescimento, o que é causado, em parte, pela falta de diversidade alimentar e por uma saúde materna deficiente, mas também pela desigualdade de género.¹¹

A REVOLUÇÃO VERDE: UMA AMEAÇA À NOSSA REVOLUÇÃO DE GÉNERO E AOS NOSSOS DIREITOS HUMANOS

Em África, os direitos humanos e o acesso às sementes, à terra e à água estão a ser prejudicados por uma enorme onda de investimentos estrangeiros na mineração e na agricultura de grande escala. Estamos a testemunhar, em muitos países africanos, uma forte pressão para que as leis da terra e das sementes sejam alteradas a fim de garantir o acesso e o controlo por parte de investidores privados, o que prejudica o acesso e o controlo pelas agricultoras e agricultores locais.¹² A pressão por parte dos doadores da Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA, na sigla em inglês) e da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África,¹³ do G8, coage os governos africanos a substituir os sistemas de sementes das agricultoras e agricultores locais pelas sementes patenteadas das grandes empresas.

As mulheres são as que mais perdem com esta transição para uma agricultura que requer uma grande quantidade de insumos e está orientada para o mercado, uma vez que, com os papéis de género fixos observados na região, elas praticamente não têm voz nas transações de terras ou nas decisões que ameaçam o futuro das sementes que desenvolveram como guardiãs. A resiliência que as comunidades e relações de parentesco promovem em matéria de segurança alimentar e das sementes é prejudicada por políticas¹⁴ que reforçam as desigualdades existentes e comprometem os sistemas locais de sementes e conhecimentos.¹⁵

A solução da Revolução Verde para a segurança alimentar e nutricional consiste numa cura comercializada trazida do estrangeiro, isto é, sementes, fertilizantes e alimentos fortificados patenteados.¹⁶ Esta abordagem interfere com a soberania dos povos ao exaurir a capacidade da população local, particularmente das mulheres, de participar ativamente na sua própria segurança alimentar e nutricional¹⁷ e por promover a dependência económica.

Comprometer o direito das mulheres de guardar as sementes e de proteger a biodiversidade agrícola prejudica a sua subsistência e enfraquece a base genética e os bens comuns da comunidade, dos quais depende o abastecimento alimentar das futuras gerações. Tais violações dos direitos humanos refletem um confronto entre, por um lado, o respeito pelo valor intrínseco das sementes e pela responsabilidade intergeracional de protegê-lo e melhorá-lo e, por outro, a ideia de que as sementes são uma mercadoria voltada para o lucro de proprietários privados.

O atual sistema globalizado de alimentos e sementes entrava o progresso das mulheres em direção à igualdade. A dependência da “cadeia de abastecimento global” torna as mulheres cúmplices dum sistema que compromete os seus direitos – não só os seus direitos como mulheres, mas também o seu direito a um modo de vida sustentável.

“IRMÃS, GUARDEM AS SEMENTES NAS VOSSAS MÃOS”

Na interseção entre os costumes, a religião fundamentalista e uma pressão renovada pela privatização das terras, das sementes e da água, os direitos das mulheres, os seus conhecimentos e o seu papel como guardiãs de sementes e da natureza estão ameaçados. É, portanto, mais importante do que nunca que as mulheres participem politicamente e liderem os processos de tomada de decisões relativas à vida e ao bem-estar dos seus ambientes físicos, sociais e económicos. As mulheres precisam de se auto-organizar para superar a desigualdade e a opressão, e para que a sua inovação e os seus conhecimentos sejam reconhecidos.

Para garantir o acesso contínuo às sementes e à terra, as mulheres e os homens devem dar atenção não só à igualdade de género, mas também ao impacto intergeracional do patriarcado.¹⁸ Um exemplo inspirador é a campanha Nós Somos a Solução,¹⁹ que promove a soberania alimentar, a agroecologia e a transmissão intergeracional de conhecimentos tradicionais, liderada por mulheres do Senegal, Burkina Faso, Mali, Gana e Guiné.²⁰

A aplicação de uma perspectiva de género sobre a captura e a globalização das sementes e do sistema alimentar é essencial, mas não faz sentido tornar as mulheres parceiras iguais num sistema falido. O que precisa de mudar é o atual sistema de valores, que prioriza as sementes e os alimentos em função do lucro, em oposição às sementes e aos alimentos para as pessoas que os produzem e às suas herdeiras e herdeiros.²¹ As mulheres estão bem posicionadas para liderar este processo.

16 Para mais informações sobre os problemas ligados aos alimentos fortificados, veja: Rundall, Patti. “O “Negócio da Má-Nutrição: O Encobrimento Perfeito para as Grandes Empresas de Produtos Alimentares”. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2015): 24–28. Disponível em: www.rfn-watch.org/fileadmin/media/rfn-watch.org/ENGLISH/pdf/Watch_2015/RtFNWatch_PT_web.pdf#page=24.

17 Lemke, Stefanie and Anne C. Bellows. “Bridging Nutrition and Agriculture. Local Food-livelihood Systems and Food Governance Integrating a Gender-Perspective.” *Theorie und Praxis* 20:2 (2011).

18 *Ibid.*

19 Para mais informações, veja: www.fahamu.org/WAS.

20 Entrevista com Mariama Sonko, Senegal. *Other Worlds*, 4 de novembro de 2015. Disponível em: otherworldsarepossible.org/we-are-solution-african-women-organize-land-and-seed-sovereignty.

21 Tandon, Nidhi. “Changing Value Systems: One Village at a Time.” *GROW blog channel*, novembro de 2012. Disponível em: blogs.oxfam.org/en/blogs/changing-value-systems-one-village-time.